

Covid-19

Sociedade Civil insta governo a envidar esforços para proteger e garantir serviços sociais

Os membros da Sociedade Civil instaram, esta quinta-feira, ao governo moçambicano a envidar esforços com vista a garantir e proteger o financiamento para a continuidade dos serviços sociais essenciais, como são os casos de educação, saúde, água e saneamento, bem como para a protecção social das famílias e da criança em particular, com uma gestão transparente e participativa, no âmbito de combate ao impacto da covid-19.

Esta posição foi avançada, em Maputo, durante um seminário, via internet (Webinar), que tinha como objectivo reflectir sobre o impacto da covid-19 nas crianças moçambicanas, tendo se avançado, igualmente, a necessidade de os Ministérios da Economia e Finanças e do Género Criança e Acção Social assegurarem que os programas de protecção social sejam priorizados e expandidos às populações mais vulneráveis nas zonas rurais quanto nas urbanas como medidas urgentes.

De acordo com a Chefe da Secção de Políticas Sociais, Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Maki Kato, é também importante expandir a cobertura do programa de protecção social, especialmente o subsídio para as crianças de modo a garantir uma base sólida e para proteger as famílias vulneráveis contra futuros choques.

“É recomendável que o Governo moçambicano, através do Ministério da Saúde que garanta, igualmente, a continuidade dos serviços de saúde materno, neonatal, infantil seja prevenção, tratamento e imunização, seguindo o calendário nacional de vacinação e cuidados preventivos principalmente nas doenças que podem causar morte, como malária, pneumonia, a sepsse neonatal, entre outras, para além de assegurar os serviços mínimos de higiene água e saneamento”, disse Kato.

Segundo Kato, é importante garantir a provisão de serviços sociais básicos e sobretudo apoiar às famílias afectadas pelo conflito e pelas calamidades naturais na região de Cabo Delgado, especialmente às crianças com deficiência, crian-

ças deslocadas que enfrentam o perigo de tráfico, abuso e violações dos seus direitos fundamentais.

Maki Katos diz estar ciente que “os efeitos da pandemia nas crianças moçambicanas são propensos ao auto-reforço e cumulativos, conduzindo a desafios permanentes no domínio da saúde, da educação e do rendimento seguro. Esta crise afecta a 14 milhões de crianças e terá um impacto a longo prazo no desenvolvimento humano”.

Para Chefe da Secção de Políticas Sociais na UNICEF, à medida que a situação económica global se agrava, torna-se cada vez mais difícil para a economia moçambicana recuperar, o que poderá afectar gerações de crianças através de ciclos de pobreza, “por isso, e como resposta, é necessário priorizar investimentos em serviços essenciais para as crianças”.

Salienta que que as medidas de austeridade e realocações dentro e entre os sectores são necessários, mas podem ser feitos numa forma planificada e integrada para mitigar efeitos negativos para crianças e as suas famílias e comunidades.

Dados da Unicef indicam que de 14 milhões de crianças, quase 10 milhões em todo o país enfrentam a pobreza de uma forma ou de outra e quase 7 milhões ou 46,1 por cento das crianças enfrentam privações multidimensionais nomeadamente pobreza monetária e multidimensional, diferindo das zonas urbanas e rurais. Nas zonas urbanas 52,5 por cento são assolados pela pobreza monetária e 57,6 por cento pobreza multidimensional, enquanto que nas zonas urbanas 40.5

por cento das crianças enfrentam a pobreza e 18 por cento para a pobreza multidimensional.

No que tange ao possível relaxamento das medidas para o regresso dos alunos a escola, o Gestor de Programas no Instituto Para a Democracia Multipartidária, Ossman Cossing, chamou atenção à Comissão Científica no sentido de ajudar a clarificar o melhor momento e as condições específicas e realísticas em que a reabertura gradual do sector da educação deve se efectivar.

Para Cossing, vários são os desafios que se colocam sobretudo na área da educação sublinhando que há necessidade de se garantir um distanciamento razoável entre os alunos e professores, tendo em conta alguns casos de turmas numerosas e os actuais rácios professor/aluno.

“É preciso que se assegurem as condições sanitárias da maioria das instituições de ensino, para garantir a necessária higienização do ambiente e de toda a comunidade estudantil (alunos/estudantes e professores)”, disse Cossing sublinhando haver, igualmente, a necessidade do reforço da obrigatoriedade de uso de máscaras, “uma realidade desafiante, nunca antes vivida no seio da comunidade estudantil”, bem como a melhoria da capacidade de monitoria de cada medida adoptada, incluindo a massificação de rastreio, testagem massiva e regular de pessoas tomar-se em consideração a pressão que será exercida ao sector dos transportes.

Porv sua vez, Beneilde Nhalivilo, da ROSC disse que no que tange ao possível regresso dos alunos a escola é preciso que se faça uma análise profunda e sobretudo conversar-se com as crianças para ver o seu estado emocional e psicológico para uma conjuntura diferente do habitual.

“Olhando para a realidade do País onde os pais enviam os filhos a escola com muita dificuldade, no período pós Covid, será que os pais vão enviar as crianças para a escola? Na qualidade de defensores de crianças entendemos ser importante ouvir as crianças e os pais”, disse Nhalivilo acrescentando que →

⇒ há um receio de que, depois da Covid, muitos pais não enviem os filhos a escola por medo que estas possam se contaminar.

Segundo disse, a acontecer isso vislumbra-se um cenário sombrio para as crianças moçambicanas com enfoque para a rapariga uma vez que vai propiciar um rápido crescimento de crianças que não vão para escola, sobretudo o aumento das gravidezes precoces.

O papel dos Deputados da Assembleia da República

Os participantes no debate virtual sobre o impacto da covid-19 nas crianças moçambicanas foram unânimes que os deputados da Assembleia da República, na qualidade de fazedores de leis, de representantes do cidadão e sobretudo de fiscalizadores tem um papel preponderante para que as medidas de prevenção de covid-19 de um impacto desejado a nível dos círculos eleitorais de cada parlamentar.

Na voz do representante do IMD no debate, o deputado tem o papel de dissuadir comportamentos desviantes quando ao relaxamento da observância

gência”, corroborou Nhalivilo acrescentando que há que se ter cuidado para que “as nossas acções não nos façam perder a conquistas que já tínhamos feito. Podemos ter retrocesso sobre o que já aprovamos como a lei dos casamentos prematuros”.

O debate sobre o impacto da covid-19 nas crianças moçambicana foi organizado pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e contou com a participação de representantes da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, da Comissão do Plano e Orçamento, da comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social e da Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente.

Em nome das comissões especializadas da Assembleia da República presentes o encontro, a Presidente da 3ª Comissão, Lúcia Mafuiane, enalteceu o esforço dos

parceiros de cooperação do parlamento pela organização deste debate sublinhando que “a preocupação com o estado físico e mental da criança mostra o seu comprometimento de colaborar em busca de soluções para o bem desta camada social no país”.

“Nos como deputados estamos prontos para a legislar e a fiscalizar todas as leis que forem emanadas em prol do bem-estar e do respeito dos mais altos interesses da criança”, disse a deputada para quem a reflexão sobre os efeitos da pandemia nas crianças moçambicanas deve ser alastrada para as outras camadas sociais como forma de sensibilizar a sociedade da necessidade de maior protecção da criança moçambicana desta pandemia e de outras enfermidades que as apoquentam no país.

Exortou aos seus pares para que os seus círculos eleitorais disseminem informações para a observância das medidas do estado de emergência, bem como intensificar as mensagens em prol da salvaguarda dos direitos das crianças no país.

de medidas mediante a disseminação de informação e mensagens que reforcem a observância criteriosa e cuidadosa do distanciamento social, higienização contínua das mãos bem como o uso frequente da máscara onde de mostrar necessário.

“No contexto da representação do cidadão os deputados poderiam mobilizar o seu capital político para sensibilizar e mobilizar o cidadão seja através das suas organizações partidárias, seja através de campanhas publicas de sensibilização dos jovens e da comunidade no geral”, reiterou Cossing, para quem para além de garantir a correcta implementação das medidas do Estado de Emergência, os mandatários do povo devem procurar influenciar politicamente para que se tomem medidas de modo a reduzir o impacto e pressão sobre as famílias e crianças mais vulneráveis, sobretudo no contexto da educação e saúde.

“Ao parlamento o apelo é na fiscalização sobre como está a ser levada a cabo a implementação do Estados de Emer-